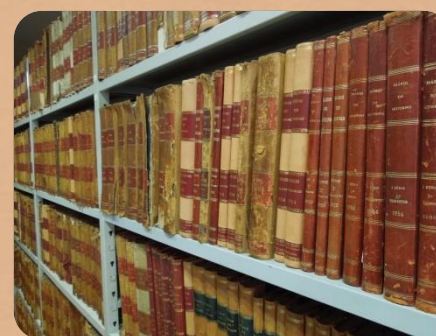


# NEWSLETTER DIGESTO N.º 4/2019

Disponibilização: 25 de fevereiro de 2019

Período abrangido: 11 a 22 de fevereiro de 2019



## DESTAQUES DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

## Índice Temático

1. Administração Interna
  - Segurança
2. Administração e Políticas Públicas
3. Agricultura
4. Ambiente
  - Florestas e Desenvolvimento Rural
5. Animais
6. Cultura
7. Defesa
8. Direitos, Liberdades e Garantias
  - Igualdade e inclusão
9. Economia
  - Atividade Económica
  - Inovação e Empreendedorismo
  - Transportes
10. Educação e Ensino Superior
11. Finanças
  - Contribuições e Impostos
  - Finanças Públicas e Orçamento
  - Sistema financeiro
12. Justiça
  - Decisões e Pareceres
  - Justiça Constitucional

- Política de Justiça

13. Mar

14. Negócios Estrangeiros

- Assuntos Europeus
- Negócios Estrangeiros e Cooperação

15. Órgãos de Soberania

- Assembleia da República
- Governo
- Presidente da República

16. Regiões Autónomas

- Açores
- Madeira

17. Saúde

18. Trabalho

## **CONSULTE O DIGESTO GRATUITAMENTE!**

**Desde a entrada em funcionamento do Portal DRE, em 19 de dezembro de 2016, toda a análise jurídica efetuada pelo Digesto está disponível de forma gratuita**

## 1. ADMINISTRAÇÃO INTERNA

- SEGURANÇA

[Lei n.º 16/2019, de 14 de fevereiro](#)  
(Assembleia da República)

Procede à quinta alteração à Lei n.º 52/2003, de 22 de agosto (Lei de combate ao terrorismo), transpondo a Diretiva (UE) 2017/541, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de março de 2017.

## 2. ADMINISTRAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 32/2019, de 14 de fevereiro](#)  
(Presidência do Conselho de Ministros)

Aprova o Programa Qualifica AP.

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 46/2019, de 22 de fevereiro](#)  
(Presidência do Conselho de Ministros)

Cria o Portal «ePortugal», sob o domínio eportugal.gov.pt, que sucede ao Portal do Cidadão e ao Balcão do Empreendedor.

### 3. AGRICULTURA

#### [Despacho n.º 1652-A/2019, de 13 de fevereiro](#)

(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural - Gabinete do Ministro)

Determina a constituição do Conselho para o Acompanhamento do Regadio de Alqueva - CAR Alqueva, com o objetivo de acompanhar a exploração da componente hidroagrícola do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva.

### 4. AMBIENTE

- FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL

#### [Portaria n.º 51/2019, de 11 de fevereiro](#)

(Administração Interna, Ambiente e Transição energética e Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Determina a adaptação das normas dos planos diretores municipais incompatíveis com o Programa Regional de Ordenamento Florestal de Entre Douro e Minho, com o Programa Regional de Ordenamento Florestal de Trás-os-Montes e Alto Douro e com o Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral.

#### [Portaria n.º 52/2019, de 11 de fevereiro](#)

(Ambiente e Transição energética e Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Aprova o Programa Regional de Ordenamento Florestal de Lisboa e Vale do Tejo (PROF LVT).

#### [Portaria n.º 53/2019, de 11 de fevereiro](#)

(Ambiente e Transição energética e Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Aprova o Programa Regional de Ordenamento Florestal do Algarve (PROF ALG).

[Portaria n.º 54/2019, de 11 de fevereiro](#)

(Ambiente e Transição energética e Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Aprova o Programa Regional de Ordenamento Florestal do Alentejo (PROF ALT).

[Portaria n.º 55/2019, de 11 de fevereiro](#)

(Ambiente e Transição energética e Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Aprova o Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior (PROF CI).

[Portaria n.º 56/2019, de 11 de fevereiro](#)

(Ambiente e Transição energética e Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Aprova o Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral (PROF CL).

[Portaria n.º 57/2019, de 11 de fevereiro](#)

(Ambiente e Transição energética e Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Aprova o Programa Regional de Ordenamento Florestal de Trás-os-Montes e Alto Douro (PROF TMAD).

[Portaria n.º 58/2019, de 11 de fevereiro](#)

(Ambiente e Transição energética e Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Aprova o Programa Regional de Ordenamento Florestal de Entre Douro e Minho (PROF EDM).

[Portaria n.º 61/2019, de 14 de fevereiro](#)

(Finanças e Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Define os encargos suportados com despesas com operações de defesa da floresta contra incêndios, com a elaboração de planos de gestão florestal, com despesas de certificação florestal e de mitigação ou adaptação florestal às alterações climáticas.

## 5. ANIMAIS

[Lei n.º 20/2019, de 22 de fevereiro](#)  
(Assembleia da República)

Reforça a proteção dos animais utilizados em circos.

## 6. CULTURA

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 35/2019, de 18 de fevereiro](#)  
(Presidência do Conselho de Ministros)

Cria o grupo de projeto para os «Museus no Futuro».

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2019, de 18 de fevereiro](#)  
(Presidência do Conselho de Ministros)

Cria a equipa de instalação do Arquivo Nacional do Som.

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 42/2019, de 21 de fevereiro](#)  
(Presidência do Conselho de Ministros)

Aprova as linhas orientadoras para o Plano Nacional das Artes.



## 7. DEFESA

[Portaria n.º 63/2019, de 18 de fevereiro](#)  
(Finanças e Defesa Nacional)

Altera a Tabela Constante do Anexo I do Decreto-Lei n.º 12/97, de 16 de janeiro - Taxa de Farolagem e Balizagem.

## 8. DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

- IGUALDADE E INCLUSÃO

[Despacho n.º 1470/2019, de 11 de fevereiro](#)

(Presidência do Conselho de Ministros - Gabinete da Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade)

Define os critérios, regras e formas de apoio público prestado pelo Estado às estruturas de atendimento, respostas de acolhimento de emergência e às casas de abrigo, quando fora do âmbito do subsistema de ação social.

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2019, de 15 de fevereiro](#)

(Presidência do Conselho de Ministros)

Aprova o III Plano Nacional de Ação para a Implementação da Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas n.º 1325 (2000) sobre Mulheres, Paz e Segurança 2019-2022.

## 9. ECONOMIA

- ATIVIDADE ECONÓMICA

[Decreto-Lei n.º 26/2019, de 14 de fevereiro](#)  
(Presidência do Conselho de Ministros)

Determina o montante das taxas para efeitos de inscrição nas listas oficiais de mediadores e regula os termos da remuneração do mediador de recuperação de empresas.

- TRANSPORTES

[Resolução da Assembleia da República n.º 28/2019, de 19 de fevereiro](#)  
(Assembleia da República)

Recomenda a adoção de medidas que garantam o acesso de todos os utilizadores de transporte público ao programa de apoio à redução tarifária, nos movimentos pendulares.

[Resolução da Assembleia da República n.º 29/2019, de 19 de fevereiro](#)  
(Assembleia da República)

Recomenda ao Governo a adoção de medidas que visem a redução do risco rodoviário sobre os utilizadores vulneráveis.

## 10. EDUCAÇÃO E ENSINO SUPERIOR

[Portaria n.º 139/2019, de 18 de fevereiro](#)

(Finanças e Educação - Gabinetes do Secretário de Estado do Orçamento e da Secretária de Estado Adjunta e da Educação)

Fixa os montantes do subsídio anual por aluno concedido ao abrigo de contratos simples e de desenvolvimento celebrados entre o Estado e os estabelecimentos de ensino particular e cooperativo.

## 11. FINANÇAS

- CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

[Decreto-Lei n.º 28/2019, de 15 de fevereiro](#)

(Presidência do Conselho de Ministros)

Procede à regulamentação das obrigações relativas ao processamento de faturas e outros documentos fiscalmente relevantes bem como das obrigações de conservação de livros, registos e respetivos documentos de suporte que recaem sobre os sujeitos passivos de IVA.

- FINANÇAS PÚBLICAS E ORÇAMENTO

[Decreto-Lei n.º 29/2019, de 20 de fevereiro](#)

(Presidência do Conselho de Ministros)

Estabelece a atualização da base remuneratória da Administração Pública.

- SISTEMA FINANCEIRO

[Lei n.º 15/2019, de 12 de fevereiro](#)  
(Assembleia da República)

Estabelece deveres de transparência da informação relativa à concessão de créditos de valor elevado e reforço do controlo parlamentar no acesso a informação bancária e de supervisão.

[Lei n.º 17/2019, de 14 de fevereiro](#)  
(Assembleia da República)

Estabelece o regime de comunicação obrigatória de informações financeiras.

## 12. JUSTIÇA

- DECISÕES E PARECERES

[Parecer n.º 35/2018, de 18 de fevereiro](#)  
(Ministério Público - Procuradoria-Geral da República)

Torna público o Parecer do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República sobre "Greve dos Enfermeiros" (sobre a licitude da greve dos enfermeiros anunciada pela Associação Sindical Portuguesa dos Enfermeiros e o Sindicato Democrático dos Enfermeiros de Portugal para o período situado entre 22 de novembro e 31 de dezembro de 2018, e sobre a possibilidade de ser decretada a requisição civil dos enfermeiros), homologado por despacho da Ministra da Saúde de 15 de fevereiro de 2019.

[Parecer n.º 6/2019, de 18 de fevereiro](#)

(Ministério Público - Procuradoria-Geral da República)

Torna público o Parecer do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República sobre "Greve dos Enfermeiros" (Parecer complementar ao Parecer n.º 35/2018, sobre a licitude da greve dos enfermeiros decretada pela Associação Sindical Portuguesa dos Enfermeiros e o Sindicato Democrático dos Enfermeiros de Portugal e realizada entre 22 de novembro e 31 de dezembro de 2018, considerando o modo como a greve se efetivou e o financiamento dos grevistas através duma operação de crowdfunding), votado na sessão de 15 de fevereiro de 2019 e homologado por despacho da Ministra da Saúde de 15 de fevereiro de 2019 e por despacho do Primeiro-Ministro de 18 de fevereiro de 2019, «Na parte relativa aos fundos de greve e às conclusões aí extraídas quanto à ilicitude de uma greve financiada através do recurso a mecanismos de financiamento colaborativo (crowdfunding)».

- JUSTIÇA CONSTITUCIONAL

[Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 73/2019, de 21 de fevereiro](#)

(Tribunal Constitucional)

Declara inconstitucional, com força obrigatória geral, a norma constante do n.º 2 do artigo 33.º da Portaria n.º 419-A/2009, de 17 de abril, na sua redação originária, que determina que «a reclamação da nota justificativa está sujeita ao depósito de 50 % do valor da nota».

- POLÍTICA DE JUSTIÇA

[Diretiva n.º 1/2019, de 11 de fevereiro](#)

(Ministério Público - Procuradoria-Geral da República)

Determina a inadmissibilidade legal dos serviços consulares portugueses lavrarem, a pedido do Ministério Público, termo de perfilhação.

[Lei n.º 14/2019, de 12 de fevereiro](#)  
(Assembleia da República)

Altera o funcionamento e enquadramento das entidades de resolução extrajudicial de litígios de consumo, procedendo à segunda alteração à Lei n.º 144/2015, de 8 de setembro.

[Lei n.º 19/2019, de 19 de fevereiro](#)  
(Assembleia da República)

Procede à sexta alteração à Lei da Organização do Sistema Judiciário, aprovada pela Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto, e segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 49/2014, de 27 de março, que estabelece o regime aplicável à organização e funcionamento dos tribunais judiciais.

### 13. MAR

[Portaria n.º 62/2019, de 14 de fevereiro](#)  
(Mar)

Procede à segunda alteração da Portaria n.º 286-C/2014, de 31 de dezembro, alterada pela Portaria n.º 322/2016, de 16 de dezembro, que define o modelo de gestão da quota portuguesa de sarda (*Scomber scombrus*) nas zonas 8c, 9 e 10 definidas pelo Conselho Internacional para a Exploração do Mar (CIEM) e na divisão 34.1.1 definida pelo Comité das Pescas para o Atlântico Centro Este (CECAF).

## 14. NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

- ASSUNTOS EUROPEUS

### [Aviso n.º 7/2019, de 19 de fevereiro](#) (Negócios Estrangeiros)

Torna público que a República Portuguesa depositou o seu instrumento de adesão ao Acordo para a Criação e Estatuto da Organização Europeia de Direito Público, assinado em Atenas, em 27 de outubro de 2004.

- NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COOPERAÇÃO

### [Aviso n.º 6/2019, de 13 de fevereiro](#) (Negócios Estrangeiros)

Torna pública a entrada em vigor do Acordo entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República da Bielorrússia sobre Cooperação Económica, assinado em Lisboa, a 12 de abril de 2018.

### [Resolução da Assembleia da República n.º 22/2019, de 14 de fevereiro](#) (Assembleia da República)

Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e a República de Angola sobre Assistência Administrativa Mútua e Cooperação em Matéria Fiscal, assinado em Luanda em 18 de setembro de 2018.

[Resolução da Assembleia da República n.º 23/2019, de 14 de fevereiro](#)  
(Assembleia da República)

Aprova a Convenção entre a República Portuguesa e a República de Angola para Eliminar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e Prevenir a Fraude e a Evasão Fiscal, assinada em Luanda, em 18 de setembro de 2018.

[Decreto n.º 5/2019, de 15 de fevereiro](#)  
(Presidência do Conselho de Ministros)

Aprova o Acordo de Cooperação entre a República Portuguesa e a República da Guiné-Bissau no domínio do Turismo, assinado em Lisboa, em 2 de março de 2016.

[Resolução da Assembleia da República n.º 25/2019, de 18 de fevereiro](#)  
Assembleia da República

Aprova o Acordo de Revisão do Acordo sobre Serviços de Transporte Aéreo entre a República Portuguesa e a República de Moçambique, assinado em Lisboa em 30 de abril de 2010.

[Aviso n.º 8/2019, de 22 de fevereiro](#)  
(Negócios Estrangeiros)

Torna pública a entrada em vigor do Acordo de Cooperação no Domínio dos Transportes Marítimos e dos Portos entre a República Portuguesa e a República de Moçambique, assinado em Lisboa, a 27 de junho de 2017.



## 15. ÓRGÃOS DE SOBERANIA

- ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

### [Lei n.º 12/2019, de 12 de fevereiro](#) (Assembleia da República)

Proíbe e pune o assédio no arrendamento, procedendo à quinta alteração ao Novo Regime do Arrendamento Urbano, aprovado pela Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro.

### [Lei n.º 13/2019, de 12 de fevereiro](#) (Assembleia da República)

Estabelece medidas destinadas a corrigir situações de desequilíbrio entre arrendatários e senhorios, a reforçar a segurança e a estabilidade do arrendamento urbano e a proteger arrendatários em situação de especial fragilidade.

### [Resolução da Assembleia da República n.º 26/2019, de 19 de fevereiro](#) (Assembleia da República)

Recomenda ao Governo que promova o alargamento da rede de arbitragem de consumo.

[Resolução da Assembleia da República n.º 27/2019, de 19 de fevereiro](#)  
(Assembleia da República)

Recomenda ao Governo que proceda à apresentação urgente à Assembleia da República de iniciativa legislativa destinada a assegurar a boa execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) 2018/302 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de fevereiro de 2018.

- GOVERNO

[Despacho n.º 1741-A/2019, de 18 de fevereiro](#)  
(Presidência do Conselho de Ministros - Gabinete do Primeiro-Ministro)

Homologa o Parecer n.º 6/2019 do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República, de 15 de fevereiro, na parte relativa aos fundos de greve e às conclusões aí extraídas quanto à ilicitude de uma greve financiada através do recurso a mecanismos de financiamento colaborativo (crowdfunding).

[Portaria n.º 65/2019, de 19 de fevereiro](#)  
(Ambiente e Transição Energética)

Revê o regime de habitação de custos controlados.

[Decreto do Presidente da República n.º 14-A/2019, de 18 de fevereiro](#)  
(Presidência da República)

Exonera, a seu pedido e sob proposta do Primeiro-Ministro, Maria Manuel de Lemos Leitão Marques do cargo de Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa.

[Decreto do Presidente da República n.º 14-B/2019, de 18 de fevereiro](#)  
(Presidência da República)

Exonera, a seu pedido e sob proposta do Primeiro-Ministro, Pedro Manuel Dias de Jesus Marques do cargo de Ministro do Planeamento e das Infraestruturas.

[Decreto do Presidente da República n.º 14-C/2019, de 18 de fevereiro](#)  
(Presidência da República)

Nomeia, sob proposta do Primeiro-Ministro, Mariana Guimarães Vieira da Silva para o cargo de Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa.

[Decreto do Presidente da República n.º 14-D/2019, de 18 de fevereiro](#)  
(Presidência da República)

Nomeia, sob proposta do Primeiro-Ministro, Ângelo Nelson Rosário de Souza para o cargo de Ministro do Planeamento.

[Decreto do Presidente da República n.º 14-E/2019, de 18 de fevereiro](#)  
Presidência da República

Nomeia, sob proposta do Primeiro-Ministro, Pedro Nuno de Oliveira Santos para o cargo de Ministro das Infraestruturas e da Habitação.

[Decreto do Presidente da República n.º 14-F/2019, de 18 de fevereiro](#)  
(Presidência da República)

Exonera, sob proposta do Primeiro-Ministro, Pedro Nuno de Oliveira Santos do cargo de Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares.

[Decreto do Presidente da República n.º 14-G/2019, de 18 de fevereiro](#)  
(Presidência da República)

Exonera, sob proposta do Primeiro-Ministro, Mariana Guimarães Vieira da Silva do cargo de Secretária de Estado Adjunta do Primeiro-Ministro.

[Decreto do Presidente da República n.º 14-H/2019, de 18 de fevereiro](#)  
(Presidência da República)

Exonera, sob proposta do Primeiro-Ministro, Ana Cláudia da Costa Pinho do cargo de Secretária de Estado da Habitação.

[Decreto do Presidente da República n.º 14-I/2019, de 18 de fevereiro](#)  
(Presidência da República)

Nomeia, sob proposta do Primeiro-Ministro, José Duarte Piteira Rica Silvestre Cordeiro para o cargo de Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Parlamentares.

[Decreto do Presidente da República n.º 14-J/2019, de 18 de fevereiro](#)  
(Presidência da República)

Nomeia, sob proposta do Primeiro-Ministro, Tiago Barreto Caldeira Antunes para o cargo de Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros.

[Decreto do Presidente da República n.º 14-K/2019, de 18 de fevereiro](#)  
(Presidência da República)

Nomeia, sob proposta do Primeiro-Ministro, Luís Filipe Loureiro Goes Pinheiro para o cargo de Secretário de Estado Adjunto e da Modernização Administrativa.

[Decreto do Presidente da República n.º 14-L/2019, de 18 de fevereiro](#)  
(Presidência da República)

Nomeia, sob proposta do Primeiro-Ministro, Rosa Filomena Brás Lopes Monteiro para o cargo de Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade.

[Decreto do Presidente da República n.º 14-M/2019, de 18 de fevereiro](#)  
(Presidência da República)

Nomeia, sob proposta do Primeiro-Ministro, Maria do Céu de Oliveira Antunes Albuquerque para o cargo de Secretária de Estado do Desenvolvimento Regional.

[Decreto do Presidente da República n.º 14-N/2019, de 18 de fevereiro](#)  
(Presidência da República)

Nomeia, sob proposta do Primeiro-Ministro, Jorge Moreno Delgado para o cargo de Secretário de Estado das Infraestruturas.

[Decreto do Presidente da República n.º 14-O/2019, de 18 de fevereiro](#)  
(Presidência da República)

Nomeia, sob proposta do Primeiro-Ministro, Alberto Afonso Souto de Miranda para o cargo de Secretário de Estado Adjunto e das Comunicações.

[Decreto do Presidente da República n.º 14-P/2019, de 18 de fevereiro](#)  
(Presidência da República)

Nomeia, sob proposta do Primeiro-Ministro, Ana Cláudia da Costa Pinho para o cargo de Secretária de Estado da Habitação.

- **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

**[Decreto do Presidente da República n.º 12/2019, de 14 de fevereiro](#)**  
**(Presidência da República)**

Ratifica o Acordo entre a República Portuguesa e a República de Angola sobre Assistência Administrativa Mútua e Cooperação em Matéria Fiscal, assinado em Luanda, em 18 de setembro de 2018.

**[Decreto do Presidente da República n.º 13/2019, de 14 de fevereiro](#)**  
**(Presidência da República)**

Ratifica a Convenção entre a República Portuguesa e a República de Angola para Eliminar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e Prevenir a Fraude e a Evasão Fiscal, assinada em Luanda, em 18 de setembro de 2018.

**[Decreto do Presidente da República n.º 14/2019, de 18 de fevereiro](#)**  
**(Presidência da República)**

Ratifica o Acordo de Revisão do Acordo sobre Serviços de Transporte Aéreo entre a República Portuguesa e a República de Moçambique, assinado em Lisboa em 30 de abril de 2010.

## 16. REGIÕES AUTÓNOMAS

- AÇORES

### [Decreto Legislativo Regional n.º 6/2019/A, de 12 de fevereiro](#) (Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa)

Procede à décima segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 8/2002/A, de 10 de abril, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 22/2007/A, de 23 de outubro, 6/2010/A, de 23 de fevereiro, 3/2012/A, de 13 de janeiro, 3/2013/A, de 23 de maio, 2/2014/A, de 29 de janeiro, 14/2014/A, de 1 de agosto, 22/2014/A, de 27 de novembro, 8/2015/A, de 30 de março, 1/2016/A, de 8 de janeiro, 3/2017/A, de 13 de abril, e 1/2018/A, de 3 de janeiro, que estabelece o regime jurídico da atribuição do acréscimo regional à retribuição mínima mensal garantida, do complemento regional de pensão e da remuneração complementar regional.

### [Decreto Regulamentar Regional n.º 2/2019/A, de 12 de fevereiro](#) (Região Autónoma dos Açores - Presidência do Governo)

Regula o programa «Berço de Emprego».

- MADEIRA

### [Decreto Legislativo Regional n.º 1/2019/M, de 15 de fevereiro](#) (Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa)

Aprova o valor da retribuição mínima mensal garantida para vigorar na Região Autónoma da Madeira.

[Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 3/2019/M, de 21 de fevereiro](#)  
(Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa)

Recomenda ao Governo da República que dê cumprimento da redução da taxa de juros do Empréstimo do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro da Região Autónoma da Madeira.

[Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 4/2019/M, de 21 de fevereiro](#)  
(Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa)

Apresenta à Assembleia da República a proposta de lei que procede à oitava alteração ao Decreto-Lei n.º 276/2001, de 17 de outubro, que estabelece as normas legais tendentes a pôr em aplicação em Portugal a Convenção Europeia para a Proteção dos Animais de Companhia e um regime especial para a detenção de animais potencialmente perigosos.

## 17. SAÚDE

[Decreto-Lei n.º 25/2019, de 11 de fevereiro](#)  
(Presidência do Conselho de Ministros)

Estabelece o regime remuneratório aplicável à carreira especial de técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica, bem como as regras de transição dos trabalhadores para esta carreira.

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 28/2019, de 13 de fevereiro](#)  
(Presidência do Conselho de Ministros)

Aprova o Plano de Ação para a Segurança e Saúde no Trabalho na Administração Pública 2020.



[Portaria n.º 64/2019, de 19 de fevereiro](#)  
(Finanças e Saúde)

Determina a entidade competente para geração e emissão de identificadores únicos para os produtos do tabaco.

## 18. TRABALHO

[Decreto Regulamentar n.º 3/2019, de 12 de fevereiro](#)  
(Presidência do Conselho de Ministros)

Regulamenta a composição, competência e funcionamento da Comissão Nacional de Revisão da Lista das Doenças Profissionais.

[Decreto-Lei n.º 27/2019, de 14 de fevereiro](#)  
(Presidência do Conselho de Ministros)

Altera o programa Modelo de Apoio à Vida Independente.

[Portaria n.º 66/2019, de 20 de fevereiro](#)  
(Planeamento e Infraestruturas)

Procede à quinta alteração ao Regulamento Específico do Domínio da Inclusão Social e Emprego, aprovado em anexo à Portaria n.º 97-A/2015, de 30 de março.

**Avalie a newsletter e dê-nos as suas sugestões através do *e-mail***

[Digesto@jurisapp.gov.pt](mailto:Digesto@jurisapp.gov.pt)

Muito obrigada pela sua sugestão